

SESSÃO DE ENCERRAMENTO

José Dinis Reis

A minha primeira palavra é para assinalar a circunstância do Conselho Nacional de Educação ter decidido fazer um Seminário com o tema “Educação, Competitividade e Cidadania”. Torna-se assim clara a preocupação do Conselho em alargar a discussão das questões que têm a ver com a escola, com a aprendizagem, com o sistema educativo, ligando-as a outros problemas da sociedade e assumindo o desafio de nos propor uma discussão interpelante. Da síntese que ouvi e também do que li deduzo algumas das grandes preocupações que aqui estiveram presentes. E entre elas estão certamente a de sabermos que temos pela frente novos cenários sociais, que nos obrigam a ligar questões incontornáveis e questões indispensáveis. É certo, não vale a pena negá-lo, que as sociedade têm hoje de confrontar os seus factores de competitividade. Mas é também óbvio que não há projecto de sociedade qualificada que se limite a esta dimensão. Ora, para que o primeiro termo desta equação – a competitividade – se ligue adequadamente ao segundo – a cidadania – os projectos educativos desempenham o papel essencial.

Deixem que lhes manifeste (porventura apelando para a minha condição de economista) o meu grande interesse por uma questão decisiva que influencia permanentemente a nossa organização colectiva e as suas dinâmicas. Trata-se de um pressuposto que me parece justificado e prudente e que consiste em admitirmos que a evolução social está sempre rodeada de incerteza. De facto, na sociedade não há trajectórias previamente conhecidas e o inesperado é um dado sistemático. Por isso, quando falamos de novos cenários sociais, quando nos interrogamos sobre as respostas que uma determinada política, ou uma determinada área da nossa vida colectiva, deve dar às preocupações que temos acerca do futuro, convém saber que funcionamos em contextos de incerteza.

Essa é, obviamente, uma das características das fases que vivemos. Afinal, de todas as fases, porque verdadeiramente só nos é fácil sobrepor uma visão coerente e sistémica às dinâmicas sociais quando as vemos

retrospectivamente. Reparemos, por exemplo, no modo como representamos hoje o modelo social do pós-guerra nos países mais desenvolvidos, o chamado *fordismo*. Vêmo-lo como um modelo coerente, estruturado, lógico, organizado. Mas ele próprio foi caracterizado pela variabilidade, pela diferenciação no tempo e no espaço. Em todo o caso, o que hoje sabemos serve-nos para apreciarmos o tipo de competências, de qualificações que eram necessárias, nesse momento, para a competitividade e a cidadania. A inclusão social assentava num determinado modelo produtivo e numa determinada lógica de organização do trabalho. Da escola esperava-se que gerasse capacidades para alargar os processos que conduzem à inclusão social e à coesão, por um lado, e, por outro, para dotar as pessoas de competências para o exercício de funções devidamente estabelecidas em hierarquias técnicas muito tipificadas do ponto de vista dos conhecimentos que se exigiam. Aceitava-se, além disso, que os conhecimentos adquiridos perdurariam num quadro de grande estabilidade, geralmente dentro das fronteiras de economias nacionais capazes de determinar o essencial da sua própria organização. Com algum exagero, é certo, diz-se frequentemente que se adquiriam “conhecimentos para toda a vida” e que os mais qualificados não seriam objecto de concorrência.

Os tempos de hoje são obviamente tempos diferentes. Fala-se correntemente de globalização e, com isso, quer sobretudo significar-se uma grande perplexidade perante as mutações que nos rodeiam. As interacções sociais são intensas e dá-se uma atenção cada vez maior às mobilidades, quase se pressupondo que elas são ilimitadas. O que me parece claro é que vivemos um período da história que nos coloca perante um feixe muito largo de trajectórias possíveis, e muitas delas serão, para a maioria de nós, trajectórias inesperadas. É daí que hão-de resultar os contextos em que viveremos daqui a dez ou quinze anos.

Ora, estes contextos de incerteza obrigam-nos a pensar uma questão essencial – só competências muito sólidas, largas, estruturadas,

capacitam os cidadãos para o futuro, dotando-os também de disponibilidade para aprendizagens permanentes. É este o recurso mais seguro e certo com que se pode confrontar a incerteza. E é este, evidentemente, o grande papel da escola, da educação. Qualificar, educar e gerar competências é, justamente, um dos modos mais avisados para ligar cidadania e competitividade, pois hoje sabe-se bem que esta não é uma “maleta” tecnológica fechada e estabilizada, é, pelo contrário, um conjunto muito vasto de saberes, que vão dos conhecimentos tácitos (para os quais é essencial saber aprender permanentemente e ter elevada capacidade relacional com o meio em que se age) e conhecimentos codificados (que, evidentemente, dependem de saberes sistemáticos ligados ao que a escola transmite).

A visão a reter sobre competitividade é, assim, uma visão não utilitarista ou unilateral. A visão de competitividade a reter tem de ser muito ampla e não pode ser centrada em valores ou objetivos do passado – tem de encarar o futuro como algo que é necessário antecipar permanentemente. Ora, é aqui que nos encontramos perante um papel incontornável da escola, que é este de antecipação do futuro, de garantir continuidades, de nos preparar para necessidades que hoje ainda não conhecemos. É também aqui que nos encontramos perante as obrigações das políticas públicas, uma das quais é ter a percepção do tempo longo das coisas. Valorizar a duração, o que não é efémero, o que não é fugaz, assegurar sólidas relações inter-geracionais – eis algumas questões que me parecem centrais e que não se alcançam sem um sistema educativo exemplar.

Em Portugal, felizmente, o debate sobre a escola e sobre o ensino está hoje no centro das preocupações da sociedade, e isso é excelente. É notório que os cidadãos se interessam pelos processos de ensino e de aprendizagem e se interessam pelas formas de inserção da escola e da rede de escolas na comunidade, seja na comunidade nacional, seja nas comunidades regionais e locais. É na comunidade que se geram e

consolidam as identidades, questão igualmente essencial para que a capacitação das pessoas seja sólida.

À sociedade portuguesa também interessam, cada vez mais, os modelos de avaliação e as formas como se alcançam os retornos devidos pelo sistema educativo à sociedade. Esses retornos, já sabemos, vêm sempre sob a forma de resultados, sob a forma como as qualificações se consolidam nas pessoas. À sociedade portuguesa interessa, por isso, cada vez mais, as próprias formas de organização interna da escola e as relações com a comunidade.

Parece-me que estes são alguns dos temas de um debate largo, de um debate que simultaneamente nos inquiete e nos dê respostas ambiciosas. São os temas, julgo eu, de um bom debate.

Conhecem as preocupações do Ministério da Educação quanto a muitas destas questões. Sabem que o Ministério da Educação tem como prioridade absoluta a qualidade do sistema e de cada uma das suas componentes e, justamente, a sua capacidade para qualificar a sociedade. No sistema educativo não é premiar campeões que interessa. O que interessa é premiar capacidades de envolvimento e resultados que se verifiquem em cada um dos agentes, em cada um dos que se inserem no sistema educativo. Interessa-nos a solidez das aprendizagens. Interessa-nos, também, uma visão construtiva sobre os resultados alcançados para que eles sejam factores permanentes de aperfeiçoamento e de ambição do sistema.

É por estas razões, quer dizer, pelo facto de qualidade, confiança, relevância, regulação serem palavras chave da actuação do Ministério da Educação, que nos parece que devemos um elogio ao Conselho Nacional de Educação, por um Seminário com esta temática e que devemos registar e agradecer os resultados alcançados, porque são, com certeza, um contributo para estes desafios, que eu só tracei aqui nos seus termos mais gerais.

De modo que, Senhora Presidente, agradeço o convite em nome do Senhor Ministro, que aqui represento. E felicito todos os que participaram na organização deste Seminário.

Muito obrigado.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO